



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO PÚBLICA
AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
DIRETORIA TÉCNICA DE LOGÍSTICA – GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
099/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM
A AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA
GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP E
A EMPRESA SERRAFARMA
DISTRIBUIDORA DE
MEDICAMENTOS LTDA.

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado, a **AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP**, pessoa jurídica de direito público, entidade da Administração Indireta, inscrita no CNPJ n.º 07.424.905/0001-38, com sede à Rua Manoel Maia Nobre, nº 281, Farol, CEP 57.050-120, Maceió, Alagoas, nos termos da Lei Estadual nº 6.582/2005 e do Decreto Estadual nº 2.750/2005, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Roberto Jorge Chaves de Barros, brasileiro, casado, portador do CPF 146.653.874-00 doravante designada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, conforme Decreto Estadual nº 3.744/2007, Artigo 1º, § 2º, e, do outro lado, a empresa **SERRAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, sediada à AV. DR. Cláudio José Gueiros Leite, nº9703, Bairro Pau Amarelo - PE, inscrita no CNPJ sob n.º 24.345.886/0001-73, Inscrição Estadual n.º 0146888-08, Fone Matriz : (81) 3435-7100, Fone: Filial (86) 3220-4083, Email; serrafarma@hotmail.com neste ato representado por seu representante legal e sócio/Diretor, Sr. Thiago José da Silva, RG n.º 7.263.517 SDS-PE, CPF/MF n.º 085.397.644-90, e a sócia Sra. Liliane Gomes dos passos, RG nº 3.546.614 SSP/PE. CPF/MF Nº 614.426.074-91 doravante designada **FORNECEDOR BENEFICIÁRIO**, mediante as cláusulas e condições do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº AMGESP-10.102/2011 e seus anexos, acordam o conteúdo da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de **MEDICAMENTOS NÃO ESSENCIAIS**, conforme especificações e quantidades discriminadas no seu Anexo Único.
- 1.2. O **FORNECEDOR BENEFICIÁRIO** ficará obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

PROCESSO N.º 4105-462/2011 AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º AMGESP-10.102/2011
REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO ESSENCIAIS



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO PÚBLICA
AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
DIRETORIA TÉCNICA DE LOGÍSTICA – GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.1. Integram a presente Ata de Registro de Preços na qualidade de Órgãos Participantes:

SIGLA	NOME
SESAU	Secretaria de Estado da Saúde

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. O FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, em caso de contratação, deverá efetuar a entrega parcelada dos bens no prazo de 15 (quinze) dias, contados da Ordem de Entrega, acompanhada da Nota de Empenho, considerando o horário de expediente do órgão contratante.

3.2. Todos os materiais adquiridos deverão ser entregues em suas embalagens originais, contendo marca, modelo, referência, fabricante, procedência, prazo de validade, entre outros, e de acordo com a legislação em vigor, observadas as especificações constantes no Anexo Único desta Ata de Registro de Preços.

3.3. O recebimento do objeto licitado dar-se-á nos termos do art. 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

3.4. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO pelos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho dos bens fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O valor global desta ATA é de R\$ 5.959,92 (cinco mil, novecentos e cinqüenta e nove reais e noventa e dois centavos).

4.2. Os valores unitários dos bens registrados são os constantes da tabela abaixo:

Item	Descrição	Marca/Modelo	Quat.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
07	Dexametasona; FORMA FARMACÊUTICA: sol. Inj.; CONCENTRAÇÃO: 2 mg/ml; APRESENTAÇÃO: Ampola c/ 1 ml. Embalagem: Com dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade, número do lote, registro no Ministério da Saúde. A embalagem do produto devera conter a impressao venda proibida pelo comercio; Prazo de Validade:	Farmace	22.800	0,2614	5.959,92



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO PÚBLICA
AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
DIRETORIA TÉCNICA DE LOGÍSTICA – GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

	75% do prazo de validade total na data de entrega da mercadoria; Certificação: Apresentar registro dos produtos na Anvisa e Certificado de Boas Práticas, Fabricação e Controle - CBPFC do fabricante conforme resolução Anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial.				
--	---	--	--	--	--

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

5.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao FORNECEDOR BENEFICIÁRIO a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5.1.1.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, quando o preço decorrente de procedimento de licitação específico for igual ou superior ao registrado.

5.2. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas no Edital de licitação, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Gerenciar a presente Ata de Registro de Preços, indicando, sempre que solicitado, o nome do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações do objeto registrado;

6.1.2. Encaminhar cópia da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes;

6.1.3. Observar para que, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, sejam mantidas por parte do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO PÚBLICA
AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
DIRETORIA TÉCNICA DE LOGÍSTICA – GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.1.4. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de Preços Registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

6.1.5. Consultar o FORNECEDOR BENEFICIÁRIO quanto ao interesse no fornecimento do objeto registrado a órgão ou entidade de outra esfera de Governo que externar a intenção de aderir à presente Ata de Registro de Preços;

6.1.6. Comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata de Registro de Preços.

6.2. Constituem obrigações do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO:

6.2.1. Assinar a Ata de Registro de Preços, retirar a respectiva Nota de Empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação;

6.2.2. Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento a órgão ou entidade de outra esfera de Governo que venha a manifestar o interesse de aderir à presente Ata de Registro de Preços.

6.2.3. No caso de contratação:

6.2.3.1. Entregar o objeto registrado obedecendo às especificações e as quantidades previstas no Anexo Único desta Ata de Registro de Preços;

6.2.3.2. Oferecer o objeto registrado com garantia de 12 (doze) meses, contados da data do seu recebimento definitivo;

6.2.3.3. Manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.3.4. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

6.2.3.5. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata de Registro de Preços;

6.2.3.6. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços, os eventuais prejuízos causados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

6.2.3.7. Realizar, sob suas expensas, a entrega do objeto registrado, nos prazos fixados, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento e da Nota de Empenho;

6.2.3.8. Observar para transporte, seja ele de que tipo for, as normas adequadas relativas a embalagens, volumes, etc.;

6.2.3.9. Responder por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO PÚBLICA
AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
DIRETORIA TÉCNICA DE LOGÍSTICA – GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.2.3.9.1. A inadimplência do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, com referência aos encargos estabelecidos no subitem anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração Pública, nem pode onerar o objeto registrado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

7.1. O FORNECEDOR BENEFICIÁRIO deve apresentar, após a entrega do objeto registrado, nota fiscal em 2 (duas) vias, emitidas e entregues ao gestor responsável, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada da comprovação de regularidade junto à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede.

7.2. O FORNECEDOR BENEFICIÁRIO cujo estabelecimento esteja localizado no Estado de Alagoas, desde que tenha optado por se beneficiar das disposições da Lei Estadual nº 6.539/2004, estará obrigado a emitir Nota Fiscal com a descrição da isenção recebida, finalizando sua emissão com destaque no fato de que o preço a ser pago pelo Estado de Alagoas representa o valor da proposta comercial vencedora subtraído o respectivo valor do ICMS.

7.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento definitivo, mediante ordem bancária creditada em conta corrente do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR BENEFICIÁRIO na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

7.4.1. Recebimento definitivo dos serviços de conformidade com o disposto na Cláusula terceira;

7.4.2. Apresentação da documentação discriminada no item 7.1. desta cláusula.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços poderão ser revistos, por solicitação do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, na hipótese de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro desta Ata de Registro de Preços.

8.2. A cada pedido de revisão de preço, deverá o FORNECEDOR BENEFICIÁRIO comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos.

8.3. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, o ÓRGÃO GERENCIADOR adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanham o pedido, pesquisa de mercado junto a



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO PÚBLICA
AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
DIRETORIA TÉCNICA DE LOGÍSTICA – GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, utilizando-se, ainda, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

8.4. É vedado ao FORNECEDOR BENEFICIÁRIO interromper o fornecimento do objeto registrado enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeito às sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços e no Edital de licitação.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1. O FORNECEDOR BENEFICIÁRIO que, por qualquer forma, não cumprir as normas desta Ata de Registro de Preços está sujeito às seguintes sanções, assegurados o contraditório e ampla defesa, nos termos do Decreto Estadual nº 4.054/2008:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa;

9.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas;

9.1.4. Descredenciamento ou proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Estado de Alagoas;

9.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2. As sanções previstas nos subitens 9.1.1., 9.1.3., 9.1.4. e 9.1.5. desta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

9.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas da Ata de Registro de Preços celebrada.

9.4. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

9.5. A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstam a participação em licitação e a contratação com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO PÚBLICA
AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
DIRETORIA TÉCNICA DE LOGÍSTICA – GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

9.5.1. Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, o FORNECEDOR BENEFICIÁRIO permanecer inadimplente;

9.5.2. Por até 12 (doze) meses, quando o FORNECEDOR BENEFICIÁRIO falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e

9.5.3. Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando o FORNECEDOR BENEFICIÁRIO:

9.5.3.1. Praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços; ou

9.5.3.2. For multado, e não efetuar o pagamento.

9.6. O prazo previsto no item 9.5.3. poderá ser aumentado até 5 (cinco) anos.

9.7. O descredenciamento ou a proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Estado de Alagoas são sanções administrativas acessórias à aplicação de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, sendo aplicadas, por igual período.

9.7.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada à vista dos motivos informados na instrução processual, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

9.7.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

9.7.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeitos em relação tanto à Administração Direta, Autárquica e Fundacional, às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, quanto à Administração Pública da União, demais Estados, Municípios e Distrito Federal.

CLÁUSULA DEZ – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços serão cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

10.1.1. Por iniciativa do ORGÃO GERENCIADOR, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o FORNECEDOR BENEFICIÁRIO:

10.1.1.1. Descumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO PÚBLICA
AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
DIRETORIA TÉCNICA DE LOGÍSTICA – GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

10.1.1.2. Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou ainda, pela recusa da assinatura do contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.1.3. Não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese de estes se tornarem superiores àqueles praticados no mercado;

10.1.1.4. Houver razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

10.1.1.5. Der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços;

10.1.1.6. Incorrer em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. A pedido do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, quando comprovada a ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior.

10.1.2.1. A solicitação do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, assegurada defesa prévia, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.1.3. Por acordo entre as partes, quando o FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, mediante solicitação por escrito aceita pela Administração, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do edital que deu origem ao Registro de Preços ou de cumprir as cláusulas e condições desta Ata de Registro de Preços.

10.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita pessoalmente ou por correspondência, Aviso de Recebimento (AR), juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

10.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o Preço Registrado na data de publicação na imprensa oficial.

CLÁUSULA ONZE – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

11.1. A presente Ata de Registro de Preços fundamenta-se na seguinte legislação:

11.1.1. Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 1.424/2003;

11.1.2. Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Estadual nº 4.123/2009;

11.1.3. Lei Estadual nº 6.539/2004;



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO PÚBLICA
AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
DIRETORIA TÉCNICA DE LOGÍSTICA – GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 11.1.4. Decreto Estadual nº 3.744/2007
11.1.5. Decreto Estadual nº 4.054/2008;
11.1.6. Lei Federal n. 8.666/1993 e Lei Estadual nº 5.237/1991;
11.2. A presente Ata de Registro de Preços vincula-se aos termos do Processo nº 4105-462/2011 especialmente:
11.2.1. Ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 10.102/2011;
11.2.2. Ao Parecer PGE-PLIC nº 251/2012, aprovado pelos Despachos PGE-PLIC-CD nº 585/2012 e SUB PGE-GAB nº 1475/2012;
11.2.3. À proposta vencedora da CONTRATADA.

CLÁUSULA DOZE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outra esfera de Governo, mediante prévia consulta ao ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 3.744/2007 relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

12.1.1. As contratações adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, limitadas essas mesmas contratações às 05 (cinco) primeiras adesões solicitadas e autorizadas.

12.2. A contratação com o FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, após a indicação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR do Registro de Preços, será formalizada pelo órgão contratante, por intermédio de termo de contrato, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO

13.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Cidade de Maceió - AL, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais,

PROCESSO N.º 4105-462/2011 AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º AMGESP-10.102/2011
REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO ESSENCIAIS



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO PÚBLICA
AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
DIRETORIA TÉCNICA DE LOGÍSTICA – GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR e FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, e pelas testemunhas abaixo.

Maceió (AL), em 02 de ABRIL de 2012.

Roberto Jorge Chaves de Barros

AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP

ÓRGÃO GERENCIADOR

Thiago José da Silva

SERRAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

TESTEMUNHA CPF Nº 091.061.854-28

TESTEMUNHA CPF Nº 318.650.894-00

ANEXO ÚNICO

I – DEMANDA POR ÓRGÃO PARTICIPANTE

ITEM	SESAU	TOTAL
7	22.800	22800

EDITAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AMGESP/09/2012, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO ESSENCIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP E A EMPRESA SERRAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Processo: 4105-462/2011
Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº AMGESP-10/10/2011
Data de RP nº: 09/02/2012
Data nº: 10/02/2012

ORGAO GERENCIADOR: AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP, pessoa jurídica de direito público, entidade da Administração Indireta, inscrita no CNPJ nº 07.424.905/0001-93, com sede à Rua Manoel Manoel Nobre, nº 281, Faml. EP 57 050-120, Maceió, Alagoas, nos termos da Lei Estadual nº 6.582/2005 e do Decreto Estadual nº 2.759/2005, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Roberto Jorge Chaves de Barros, portador do CPF 146.633.874-00.

BENEFICIÁRIA: SERRAFARMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, sediada à Rua Pinda, 17, Apimema - Barão de Piraí, CEP: 31620-200, inscrita no CNPJ sob nº 07.660.260/0001-36, Inscrição Estadual nº 0290779-83, neste ato representado por seu representante legal e sócio-diretor, Sr. Roberto José da Silva, RG nº 7.263.517-505-PE, CPF/PMF nº 085.397.644-90, e a sócia Sra. Liliane Gomes dos Passos, RG nº 3.546.614-3/PE, CPF/PMF nº 614.426.074-91.

Valor global: R\$ 5.220.603,01 (cinco milhões, duzentos e vinte mil reais).

Objeto: RP para futura eventual aquisição de Medicamentos.

Data de assinatura: 02 de março de 2012.

Vigência: 12 (doze) meses, contado da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

Base Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 1.424/2003, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Estadual nº 1.423/2009, Lei Estadual nº 6.539/2004, Decreto Estadual nº 3.744/2007, Decreto Estadual nº 4.054/2008, Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 5.232/1991; A presente Ata de Registro de Preços vincula-se aos termos do Processo nº 4105-462/2011 especialmente: Ao Edital do Pregão Eletrônico nº 10/10/2011, aprovado pelos Despachos PGE-PLIC-CD nº 263/2011 e SEM PGE-GAB nº 473/2011.

ITENS REGISTRADOS

Item	Descrição	Qtd	Marca/Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
19	Triptonetina 3,75mg - injetável	4.500	Aché Laboratório Farmacêuticos S/A	260,00	1.170.000,00
24	Triptonetina 11,25 - injetável	3.000	Aché Laboratório Farmacêuticos S/A	1.320,00	3.960.000,00

ORGAOS PARTICIPANTES

ORGAO PARTICIPANTE:	ENDEREÇO:
AU	Rua Goiás, nº 830, Faml, Diretoria de Assistência Farmacêutica

EDITAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AMGESP/09/2012, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO ESSENCIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP E A EMPRESA SERRAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Processo: 4105-462/2011
Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº AMGESP-10/10/2011
Data de RP nº: 09/02/2012
Data nº: 10/02/2012

ORGAO GERENCIADOR: AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP, pessoa jurídica de direito público, entidade da Administração Indireta, inscrita no CNPJ nº 07.424.905/0001-93, com sede à Rua Manoel Manoel Nobre, nº 281, Faml. EP 57 050-120, Maceió, Alagoas, nos termos da Lei Estadual nº 6.582/2005 e do Decreto Estadual nº 2.759/2005, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Roberto Jorge Chaves de Barros, portador do CPF 146.633.874-00.

BENEFICIÁRIA: SERRAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, sediada à Av. DR. Cláudio José Gurgens Leite, 69709, Barão Piraí Amarelo - PE, inscrita no CNPJ sob nº 24.345.856/0001-73, Inscrição Estadual nº 0146888-08, Fone/Mat: (41) 3435.00, Fone: Faml (46) 1320-4083, Email: serrafarma@brasil.com.br, neste ato representado por seu representante legal e sócio-diretor, Sr. Roberto José da Silva, RG nº 7.263.517-505-PE, CPF/PMF nº 085.397.644-90, e a sócia Sra. Liliane Gomes dos Passos, RG nº 3.546.614-3/PE, CPF/PMF nº 614.426.074-91.

Valor global: R\$ 5.959,92 (cinco mil novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos).

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS NÃO ESSENCIAIS.

Data de assinatura: 02 de abril de 2012.

Vigência: 12 (doze) meses, contado da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

Base Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 1.424/2003, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Estadual nº 1.423/2009, Lei Estadual nº 6.539/2004, Decreto Estadual nº 3.744/2007, Decreto Estadual nº 4.054/2008, Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 5.232/1991; A presente Ata de Registro de Preços vincula-se aos termos do Processo nº 4105-462/2011 especialmente: Ao Edital do Pregão Eletrônico nº 10/10/2011, aprovado pelos Despachos PGE-PLIC-CD nº 585/2012 e SEM PGE-GAB nº 1475/2012.

ITENS REGISTRADOS

Item	Descrição	Marca/Modelo	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
07	Octametileno: FORMA FARMACÊUTICA: sol. inj.; CONCENTRAÇÃO: 2 mg/ml; APRESENTAÇÃO: Ampola c/ 1 ml. Embalagem: Com dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade, número do lote, registro no Ministério da Saúde. A embalagem do produto deverá conter a impressão: venda proibida pelo comércio; Prazo de validade: 75% do prazo de validade total na data de entrega da mercadoria; Certificação: Apresentar registro dos produtos na Anvisa e Certificado de Boas Práticas, Fabricação e Controle - CBPEC do fabricante conforme resolução Anvisa nº 364/99. Em caso de fabricante fora do mercantil, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial.	Parvoce	22.096	0,2674	5.959,92

ORGAOS

I - DEMANDA POR ORGAO PARTICIPANTE

ITEM	SESAU	TOTAL
7	22.096	22.096

II - ENDEREÇO DO ORGAO PARTICIPANTE

ORGAO PARTICIPANTE:	ENDEREÇO:
SESAU	Rua Goiás, nº 830, Faml, Diretoria de Assistência Farmacêutica

EDITAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AMGESP/09/2012, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO ESSENCIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP E A EMPRESA SERRAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Processo: 4105-462/2011
Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº AMGESP-10/10/2011
Data de RP nº: 09/02/2012
Data nº: 10/02/2012

ORGAO GERENCIADOR: AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP, pessoa jurídica de direito público, entidade da Administração Indireta, inscrita no CNPJ nº 07.424.905/0001-93, com sede à Rua Manoel Manoel Nobre, nº 281, Faml. EP 57 050-120, Maceió, Alagoas, nos termos da Lei Estadual nº 6.582/2005 e do Decreto Estadual nº 2.759/2005, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Roberto Jorge Chaves de Barros, portador do CPF 146.633.874-00.

BENEFICIÁRIA: SERRAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, sediada à Av. DR. Cláudio José Gurgens Leite, 69709, Barão Piraí Amarelo - PE, inscrita no CNPJ sob nº 24.345.856/0001-73, Inscrição Estadual nº 0146888-08, Fone/Mat: (41) 3435.00, Fone: Faml (46) 1320-4083, Email: serrafarma@brasil.com.br, neste ato representado por seu representante legal e sócio-diretor, Sr. Roberto José da Silva, RG nº 7.263.517-505-PE, CPF/PMF nº 085.397.644-90, e a sócia Sra. Liliane Gomes dos Passos, RG nº 3.546.614-3/PE, CPF/PMF nº 614.426.074-91.

Valor global: R\$6.279,96 (seis mil, duzentos e setenta e nove reais e noventa e seis centavos).

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS NÃO ESSENCIAIS.

Data de assinatura: 02 de abril de 2012.

Vigência: 12 (doze) meses, contado da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

Base Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 1.424/2003, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Estadual nº 1.423/2009, Lei Estadual nº 6.539/2004, Decreto Estadual nº 3.744/2007, Decreto Estadual nº 4.054/2008, Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 5.232/1991; A presente Ata de Registro de Preços vincula-se aos termos do Processo nº 4105-462/2011 especialmente: Ao Edital do Pregão Eletrônico nº 10/10/2011, aprovado pelos Despachos PGE-PLIC-CD nº 128/2012 e PGE-GAB nº 1372/2012.

ITENS REGISTRADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	Ácido Acetilbólico	Aspirina: FORMA FARMACÊUTICA: sol. oral (gel); CONCENTRAÇÃO: 200 mg/ml; APRESENTAÇÃO: Frasco c/ 20 ml. Embalagem: Com dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade, número do lote, registro no Ministério da Saúde. A embalagem do produto deverá conter a impressão: venda proibida pelo comércio; Prazo de Validade: 75% do prazo de validade total na data de entrega da mercadoria; Certificação: Apresentar registro dos produtos na Anvisa e Certificado de Boas Práticas, Fabricação e Controle - CBPEC do fabricante conforme resolução Anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercantil, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial.	5.844	1,0746	6.279,96

ORGAOS

I - DEMANDA POR ORGAO PARTICIPANTE

ITENS	SESAU	SGAP	CORPO DE BOMBEIROS	UNICISAU	TOTAL
	3.296	1.440	100	1008	5.844

II - ENDEREÇO DO ORGAO PARTICIPANTE

SESAU	ENDEREÇO:
	Rua Goiás Nº 830- Faml
SGAP	Avenida Fernandes Lima, 1322 - Faml
CORPO DE BOMBEIROS	Assentada Siqueira Campos, 06 - Trapiche
UNICISAU	*Rua Comendador Leão S/Nº - Praça Intermediária Escola Santa Mônica (MEMS), *Rua Cônego Lima S/Nº - Trapiche de Barra (Hospital Escola Santa Mônica - MEMS), *Rua Goiás 830 - Faml (Hospital Escola Prologger - Gamaíba).